

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA**1. ATA DE REUNIÃO: 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE**

Data: 10 e 11 de dezembro de 2024	Início: 09h00
Local: Auditório Manoel Jacaré – Andar -1 – Setor de Indústrias Gráficas	Término: 17h00
Relatora: Adriana Vilela Toledo - Seconape	

A. Abertura da Reunião

André Carlos Alves de Paula Filho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião

1. Aprovação da Ata 41ª Reunião Ordinária;
2. Devolutiva sobre as deliberações da reunião anterior - Adriana Vilela Toledo – Secretária Executiva do CONAPE.

C. Ordem do Dia**10.12.2024**

1. Regulariza pescador, recadastramento pescador e Propesc (Luis Gustavo Cardoso - secretário nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa);
2. Apresentação das ações do Programa Nacional de Monitoramento de Resistência a Antimicrobianos em Recursos Pesqueiros - Instrução Normativa MPA nº 30/2014 (Valeria Stacchini Ferreira Homem – chefe da Divisão de Saúde Única e Boas Práticas do Ministério da Agricultura e Pecuária).
3. Ações de extensão pesqueira e aquícola (Diogo Martins Nunes – diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, e Luciene Mignani – coordenadora-geral da Secretaria Nacional de Aquicultura – SNA).
4. Ordenamento do Pangasius (Martinho Colpani – indicado pela Peixe SP - Associação Brasileira de Criadores de Panga, e Luciene Mignani – coordenadora-geral da Secretaria Nacional de Aquicultura – SNA).
5. Portaria 91/2020 – dispõe sobre procedimentos para a realização de atividade de pesca esportiva em unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio (Roberta Rayane Barbosa e Marília – coordenadora de Estruturação das Delegações e Apoio à Visitação do ICMBio).
6. Contribuições para revisão da Resolução do Conama nº 413/2009 – licenciamento ambiental da aquicultura (Luciene Mignani – coordenadora-geral da Secretaria Nacional de Aquicultura, e Juliana Lopes – diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura).

11.12.2024

1. Criação do Fundo de Amparo ao Pescador e criação de fundo para aquicultura (André Luiz – membro suplente do CONAPE – Confapesca, e Marilsa Patrício – membro titular do CONAPE – Peixe SP).
2. Desenvolvimento da atividade petrolífera na Bacia de Pelotas e sua interação com a pesca industrial no Sul do Brasil (Marco Aurélio Baylon – membro titular da AOCEANO).
3. Criação do Comitê de Cumprimento (Elizeu Augusto de Brito – membro titular da Federação Nacional de Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP/BR).
4. Criação do GT para apresentação de proposta para realização da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (Édipo Araújo – secretário-executivo do MPA).
5. Indicação do CONAPE para composição da Comissão Nacional de Bioeconomia (Édipo Araújo – secretário nacional do MPA).
6. Lançamento dos Comitês de Conformidade do Pescado Nacional, de Competitividade da Tilapicultura e de Competitividade da Carcinicultura (José Luiz Vargas – diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, e Alberto Furtado – coordenador da Secretaria Nacional de Aquicultura).

7. Concurso do MPA (Édipo Araújo – secretário nacional do MPA).

D. Lista de Presentes:

Representantes Governamentais - Titulares:

1. Carlos Cesar de Mello Júnior - Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. Elvânia Batista Guimarães Andrade - Ministério da Agricultura Familiar;
3. Daniel de Oliveira Piza - Ministério do Esporte;
4. Rita Alves Silva - Ministério de Minas e Energia;
5. Gilberto Sales - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Representantes Governamentais – Suplentes:

1. Wilson Rodrigues de Melo Junior - Ministério de Minas e Energia;
2. Eduardo Von Glehn Nobre - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços;
3. Walter Marinho de Carvalho Sobrinho - Ministério da Defesa;
4. Cibele Meireles Santos - Ministério das Mulheres.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

1. Rochelle Cruz da Araújo Bezerra Vidigal - CeDePesca Brasil;
2. Flávio Diniz Gaspar Lontro – Confrem;
3. Reginaldo Portari - CBPE;
4. Edivando Soares de Araújo - CNPA;
5. Elizeu Augusto de Brito - Faep/BR;
6. Josana Pinto da Costa - MPP;
7. Fernando Bosisio – Instituto Peroá;
8. Clóvis Amorim da Silva - CONFESPA;
9. Juscelino Miguel dos Anjos - CBPA;
10. Leticia Canton – Oceana Brasil.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

1. André Luiz do Espírito Santo - CONFAPESCA;
2. Yasmin dos Santos Chaves - IABS;
3. Maxuel José Monteiro da Costa – Cottmaf.

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

1. Lais Belsito Pestana - ABIPESCA;
2. Itamar de Paiva Rocha - ABCC;
3. Agnaldo Hilton dos Santos – PESCA BR;
4. Carlos Eduardo Villaça - Conepe;
5. Ricardo Dias - Abla;
6. Marilsa Patricio Fernandes - Peixe SP

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Felipe Weber Mendonça Santos - Abla;
2. Alexandre Guerra Espogeiro – Conepe;
3. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque - Sindirações.

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Titulares

1. Marco Aurelio Bailon - AOCEANO;
2. Fabiana Pilarski - Abrapoa;
3. Dário Inacio Alves Teixeira – Sociedade Brasileira de Ficologia (SBFic);

Membros Convidados Natos – Titulares

1. Expedito Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial, Amadora Esportiva;
2. Cristiano Ramalho - Secretário Nacional de Pesca Artesanal;
3. Teresa Nelma - Secretária Nacional de Aquicultura;
4. Luis Gustavo Cardoso - Secretário Nacional de Registro e Monitoramento e Pesquisa;

Convidados

1. Juliana Lopes - Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura;
2. José Luis Vargas – Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora Esportiva;
3. Pretty Leite - SE - Ministério da Pesca e Aquicultura;
4. Carolina Amorim - SE - Ministério da Pesca e Aquicultura;
5. Joarez Moreira - Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur;
6. Sergio Pinho - Pesca Brasil;
7. Erika Meneses - Ascom;
8. Marcio de Aquino - Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura;
9. Lariessa Moura de Araújo Soares - Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
10. Mariana Martins - Coordenadora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
11. Bruno Landim - Representante da ANEPE;
12. Elielma Borcem - Diretora da Secretária Nacional de Registro e Monitoramento e Pesquisa;
13. Paulo Sergio Ferreira - Ministério da Pesca e Aquicultura;
14. Bruno Noronha - Chefe de Divisão de Inovação da Aquicultura;
15. Bento Ferrari - Vice-Presidente dos Conselhos das Entidades - Itajaí;
16. Antônio Siqueira Assreuy - Coordenador da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
17. Gabriel Calzavara de Araujo - Confederação Nacional da Indústria - CNI;
18. Valeria Stacchini Homem - Chefe da Divisão de Saúde Única e Boas Práticas do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento;
19. Lucieni Mignani - Coordenadora - Geral da Secretaria Nacional de Aquicultura;
20. Alberto Júnior - Coordenador - Geral da Secretaria Nacional de Aquicultura;
21. Francisco Everardo Sousa - Chefe de Divisão de Comercialização e Marketing;
22. Diogo Martins Nunes - Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal;
23. José Germano Batista - Casa Civil da Presidência da República;
24. Luana Soares Dias - SERMOP;
25. Felipe Martins
26. Roberta Barbosa – Coordenadora de Estruturação das Delegações e Apoio à Visitação do ICMBIO
27. Marília F. Guerra - ICMBIO
28. Renato Santos -
29. Guilherme Damasceno - Ascom
30. Luis Kawaguti - Gazeta do Povo

1. MESA DE ABERTURA

1.1. No dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Manoel Jacaré - Andar -1, Setor de Indústrias Gráficas, estavam presentes convidados e observadores, presencialmente e virtualmente, conforme lista de presença anexo ao processo, a Secretária Executiva do CONAPE realizou a chamada constatando o quórum. Convidou então para compor a mesa o Ministro da Pesca e Aquicultura André de Paula – Presidente do CONAPE, o Secretário Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa – **Luís Gustavo Cardoso**, o Secretário Nacional de Pesca Artesanal – **Cristiano Ramalho**, o Secretário Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – **Expedito Netto**, a Secretária Nacional de Aquicultura – **Tereza Nelma**.

1.2. A Secretária Executiva do CONAPE passa a palavra para o Ministro **André de Paula** para abertura dos trabalhos.

1.3. O Ministro de Estado **André de Paula** iniciou a 42ª Reunião do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), o presidente saudou todos os presentes e expressou sua honra em conduzir o encontro.

1.4. O Ministro **André de Paula** desejou uma reunião produtiva, com boas recomendações e encaminhamentos ao final dos dois dias de debates. Ele compartilhou sua satisfação em participar deste momento, lembrando sua experiência anterior na condução de reuniões dos comitês de gestão da pesca. Encerrou suas palavras desejando uma excelente reunião a todos os participantes.

2. INFORMES

2.1. A Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**, deu início à reunião apresentando a metodologia a ser adotada durante os dois dias de trabalho. Ela destacou a importância de regras para a convivência, como a pontualidade nos retornos dos intervalos e a sistemática de perguntas, que devem ser feitas levantando a mão até o final de cada apresentação.

2.2. A Secretaria Executiva, **Adriana Toledo**, abordou a aprovação da Ata anterior, ela solicitou a aprovação da ata da 41ª reunião e pediu aos conselheiros que levantassem a mão caso houvesse discordâncias. Além disso, pediu para compartilhar a tela com a ata para facilitar a visualização.

3. REGULARIZA PESCADOR, RECADASTRAMENTO PESCADOR E PROPESC

3.1. Com a palavra, **Secretario Luís Gustavo (SERMOP)** iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes. Ele falou sobre os tópicos relativos à regularização de pescadores e pescadoras e ao Programa Nacional de Regularização de Embarcações de Pesca – PROPESC e apresentou a Portaria MPA Nº 375/2024, que estabelece os procedimentos para a regularização das Licenças de Pescadores e Pescadoras Profissionais. Em seguida, ele expôs principais motivos das suspensões de embarcações, como falta de manutenção, fraudes, inserção incorreta de dados, dentre outros. O Secretario **Luís Gustavo** destacou o objeto e o público-alvo, além dos números de beneficiários da norma, além de discutir a necessidade de um programa de regularização da frota, com ênfase na retenção prolongada da documentação. No âmbito do programa, ele ressaltou o quantitativo de embarcações atualmente inscritas no RGP e que a maioria se encontra com a autorização vencida. Ele apontou os desafios apresentados e as ações realizadas pelo PROPESC, as quais incluem a vistoria das embarcações de pesca, capacitação dos responsáveis e atualização das bases de dados do sistema SISRGP, por fim, finalizou apresentando os próximos passos que são a validação final pela CONJUR da Casa Civil, a finalização da portaria de procedimentos e sua publicação.

4. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE MONITORAMENTO DE RESISTÊNCIA A ANTIMICROBIANOS EM RECURSOS PESQUEIROS - INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº30/2014

4.1. Com a palavra, a **Sra. Valeria Stacchini (Chefe de Divisão de Saúde Única e Boas Práticas - MAPA)** falou sobre a preocupação sobre aumento da detecção de bactérias resistentes em sistemas aquícolas e a importância de identificar e controlar a disseminação dessas bactérias. Em seguida, a representante do MAPA falou da portaria MAPA Nº 142, DE 24 DE MAIO DE 2021 (*) que trata da revogação de atos normativos que disciplinam atividades de competência da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF/MAPA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA e da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI/MAPA. Posteriormente, a servidora reforçou a importância do programa ProAqui como um marco na conscientização sobre a importância da aquicultura e no incentivo ao desenvolvimento sustentável do país e fez uma explicação sobre o ciclo de resistência bacteriana, tendo como causa do uso inadequado de antibióticos pela população e seu lançamento conjuntamente aos resíduos domiciliares, além do ineficiente controle nos sistemas hospitalares. Ela ressaltou a importância do programa ProAqui como um marco na conscientização sobre a aquicultura e no incentivo ao desenvolvimento sustentável do país e o ciclo de resistência bacteriana, destacando como causas o uso inadequado de antibióticos pela população, seu descarte junto aos resíduos domiciliares e o ineficiente controle nos sistemas hospitalares que, desta forma, atingem os produtos pesqueiros. Por fim, a palestrante mencionou que há um número crescente de relatórios que mostram evidências da transferência de Resistência a Antimicrobianos (AMR) em via de mão dupla, pelas interações e ambiente, e seus futuros impactos globais com impacto direto na saúde das populações e redução da produção pecuária. Valeria Stacchini falou sobre o Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no âmbito da Agropecuária que busca reduzir o uso indiscriminado de antimicrobianos em animais e no meio ambiente, promovendo o uso responsável desses medicamentos. A palestrante reforçou as diretrizes que incluem a vigilância da resistência, a regulação do uso de antimicrobianos, a capacitação de

profissionais e a conscientização sobre os riscos à saúde pública e à segurança alimentar. A convidada finalizou destacando a necessidade do uso responsável de antimicrobianos em animais e apresentou o Agromonitora, uma ferramenta em que as empresas detentoras dos registros dos produtos disponibilizam dados sobre o uso de antimicrobianos em animais que serão disponibilizados ao MAPA para o monitoramento e controle.

5. AÇÕES DE EXTENSÃO PESQUEIRA E AQUÍCOLA

5.1. Com a palavra, **Luciene Mignani (Diretora de Desenvolvimento e Inovação - SNA)** falou sobre as ações de apoio à assistência técnica e extensão aquícola, e destacou as ações prioritárias que vão desde o estímulo à regularização ambiental e fundiária, passando pela geração e gestão de dados e informações, estímulo à pesquisa e desenvolvimento, até a valorização dos recursos humanos da aquicultura. A convidada apresentou as instituições contempladas pelo Edital nº 01/2023, no qual foram atendidos projetos em diferentes estados e ressaltou a importância do programa aberto para o fortalecimento das instituições de ensino superior na área de aquicultura, por meio de parcerias entre diversas universidades em diferentes regiões. Posteriormente, ela pontuou os sete acordos de cooperação técnica, que envolvem desde capacitação até assistência técnica e extensão para aquicultores e povos tradicionais e a distribuição das quatro mil famílias atendidas pelo SENAR e a Agroresidência – Residência Aquícola, no qual mais de vinte instituições foram contempladas com alunos recém-egressos, por meio de um edital no valor de cerca de 1 milhão e meio de reais, e finalizou sua fala destacando a importância da capacitação, qualificação e valorização dos recursos humanos, com o curso Multiplicadores Aquícolas, ressaltando um total de mais de 5 mil alunos inscritos que, utilizando as informações, fortalecem agentes de extensão em todo o território nacional.

6. ORDENAMENTO DO PANGASIUS

6.1. Com a palavra, **Martinho Colpani (PEIXE SP)** falou das características do Panga BR, uma espécie de importância econômica, destacando a forma de criação e as características nutricionais e visuais dos produtos produzidos, além disso, pontuou sobre a grande biodiversidade de espécies presentes no Brasil, mas que várias espécies foram introduzidas, deslocadas ou hibridizadas na tentativa de fomentar a aquicultura nacional. Em seguida, ressaltou as diferentes espécies nativas cultivadas, algumas iniciativas de pesquisa e a participação da iniciativa privada, e a perda da biodiversidade ocasionada por fatores como a construção de usinas hidrelétricas, falta de tecnologia e poluição, além do aumento da preocupação com espécies exóticas. O palestrante continuou enfatizando que, dentro do cenário atual, a Portaria 145/98, tem dificultado a introdução de novas espécies de peixes de água doce, mas que há necessidade de revisar essa portaria para adequar a importação de espécies com dupla finalidade. Posteriormente, ele mostrou os critérios para a escolha de espécies, incluindo qualidades zootécnicas e importância comercial, e destacou as características zootécnicas do Panga BR, além de pontuar que o mercado consumidor tem ótima aceitação pelo produto e que há casos de sucesso em outros países, como o Vietnã, que produziu mais de 2 milhões de toneladas em 2020 e exportou para mercados como a União Europeia. O representante da PEIXE SP comentou os dados obtidos em 2007, em São Paulo, sobre a produção e as condições de criação, além de destacar a produtividade e rentabilidade do produto e sua relevância para a agricultura familiar. Por fim, ele apontou a distribuição da produção por estado e a evolução da produção do Panga BR entre os anos de 2017 e 2024, destacando a necessidade de aumentar a produção para os anos seguintes.

7. PORTARIA 91/2020 - DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESCA ESPORTIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS ADMINISTRADAS PELO ICMBIO

7.1. Com a palavra, **Roberta Rayane Barbosa (Coordenadora de Estruturação das Delegações e Apoio à Visitação do ICMBio)** discorreu sobre os principais aspectos da Portaria 91/2020, que dispõe sobre os procedimentos para a realização da atividade de pesca esportiva em unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio e apresentou um breve histórico, destacando a necessidade de uma construção coletiva a partir de uma reflexão interna e externa à instituição. A representante do ICMBio expôs os princípios e diretrizes que norteiam o exercício e o manejo das atividades de pesca esportiva, ressaltando que a portaria contempla somente peixes e as previsões quanto à atuação da gestão da UC no processo. Roberta Barbosa abordou, no âmbito da portaria, o ordenamento da pesca esportiva quanto às definições das regras de uso, à construção de protocolos e procedimentos. A servidora destacou que a portaria permite parcerias com

organizações e universidades, exige consulta a pescadores para definir a pesca esportiva, autoriza o consumo local do pescado conforme regulamentos e permite a pesca esportiva sem condutor, salvo exceções técnicas. Ela também ressaltou por quem os serviços de apoio à pesca esportiva em UC de conservação federal serão prestados e quais estratégias de monitoramento serão adotadas para a atividade de pesca esportiva e, a palestrante, finalizou a fala apresentando pontos importantes, como a participação direta e indireta de comunidades afetadas e reafirmando que essa consulta deve permitir uma reflexão qualificada das comunidades, para que estejam cientes dos possíveis impactos positivos e negativos.

8. CONTRIBUIÇÕES PARA REVISÃO DA RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº413/2009 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA AQUICULTURA

8.1. Com a palavra, **Luciene Mignani (Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Aquicultura - Juliana Lopes – Diretora da Secretaria Nacional de Aquicultura)** começou seu discurso saudando todos os presentes. Em seguida, ela apresentou o objetivo de alterar a CONAMA nº 413, de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura. Ela explicou que a CONAMA 413/2009 representou um marco no licenciamento ambiental da aquicultura, estabelecendo diretrizes importantes para a regulamentação da atividade, porém, ao longo desses 24 anos, surgiram desafios e avanços significativos no setor, exigindo uma revisão da resolução. A representante defendeu que, tendo como base a evolução científica tecnológica da aquicultura, é essencial atualizar a norma para garantir uma gestão mais eficiente, além de um desenvolvimento sustentável, além disso, pontuou que o licenciamento ambiental deve ser acessível a fim de evitar entraves ao desenvolvimento sustentável e que o CONAMA é um importante parceiro na orientação de todo o processo. Luciene Mignani pontuou algumas inovações que estão sendo incrementadas no âmbito dos sistemas de cultivo, além da discussão de nova proposta metodológica para o monitoramento ambiental e finalizou abordando as diferenças entre o licenciamento entre empreendimentos de pequeno, médio e grande porte e destacando as propostas de alteração para a CONAMA 413/2009, que inclui a alteração de critérios de classificação e formas de monitoramento tendo como base a produção.

9. INCENTIVOS PARA ECONOMIA CIRCULAR NO SETOR DE PESCA E AQUICULTURA

9.1. Com a palavra, Yasmin Chaves (IABES) falou que os incentivos para a economia circular no setor de pesca e aquicultura são fundamentais para promover um modelo de produção mais sustentável. Segundo ela, medidas como estímulos financeiros, apoio à inovação e regulamentações adequadas podem contribuir para a redução do desperdício e o melhor aproveitamento dos recursos naturais. Além disso, a interventora ressaltou que a implementação de políticas que incentivem a reutilização e a reciclagem de materiais, bem como a conscientização dos envolvidos na cadeia produtiva, é essencial para a transição para uma economia mais equilibrada. Para ela, essas ações não apenas beneficiam o meio ambiente, mas também fortalecem o setor, gerando novas oportunidades econômicas e sociais.

10. DISCUSSÃO SOBRE BEM-ESTAR ANIMAL

10.1. Com a palavra, **Felipe Weber (membro suplente – ABLA)** apresentou o Decreto Nº 11.624, 1º de agosto de 2023, a qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Em seguida, ele apresentou a competência do Ministério da Pesca e Aquicultura conforme o decreto, destacando sua atuação na formulação e normatização da política nacional de aquicultura e pesca, na promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e da produção de alimentos, além das políticas, iniciativas e estratégias de gestão participativa para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Felipe Weber apresenta uma sugestão de alteração do regimento interno do Conama enviado pelo MAPA, de “bem-estar animal” para “bem-estar animal”, exceto os animais de produção de interesse econômico da cadeia agropecuária”. Por fim, ele sugere ao Ministro da Pesca e Aquicultura a inclusão efetiva do MPA nas discussões sobre bem-estar animal devido ao impacto direto dessas regulamentações na produção aquícola e pesqueira, ressaltando que a participação do MPA é essencial para considerar as particularidades do setor, garantindo desenvolvimento sustentável, competitividade e adoção de práticas que promovam a saúde e o bem-estar dos organismos aquáticos.

11.12.2024

11. Abertura do 2ª dia da 42ª Reunião Ordinária

11.1 O segundo dia da 42ª Reunião teve início com o **Secretário-Executivo Rivetla Édipo** saudando todos os presentes, solicitado a compreensão por parte de todos os conselheiros quanto à condução dos trabalhos. A participação ativa de todos os conselheiros é destacada como essencial em cada momento da pauta. Renata Karla Clarindo Mangueira enfatiza a importância de que, durante os debates, todos os participantes utilizem seu tempo de fala de forma concisa e objetiva, para que todos tenham a oportunidade de se expressar e que o andamento da reunião seja o mais eficiente possível. A liderança reforça a necessidade de manter o bom procedimento para o sucesso do encontro. Passando a palavra ao membro **Flávio Diniz (Confrem)** ressaltou a importância de um melhor direcionamento das pautas, uma vez que muitos temas distintos estavam sendo tratados no mesmo dia. Ele sugeriu que alguns assuntos, especialmente os mais sensíveis, exigem maior aprofundamento e propôs a realização de videoconferências para discussões futuras. Com a palavra o **Rivetla Edipo Secretário-Executivo**, falou do processo de construção da pauta, e feito com para garantir que ela seja mais proveitosa. Destacado que, frequentemente, muitos conselheiros sugerem diversos temas para a pauta, o que pode gerar um excesso de assuntos a serem discutidos, dificultando o foco nas questões mais estratégicas. Embora todos os temas apresentados sejam importantes, foi sugerido que, em alguns casos, questões menores possam ser tratadas de outras formas, como por meio de ofícios enviados ao Ministério, sem necessariamente serem incluídas na pauta do CONAPE. Foi enfatizada a necessidade de reconsiderar a forma de seleção dos pontos de pauta, priorizando discussões mais amplas e estratégicas que contribuam para uma melhor condução e aproveitamento da reunião. A colaboração dos conselheiros foi solicitada para que a inserção de temas seja mais estratégica e focada em questões que exijam um maior tempo de debate, visando uma construção mais eficiente e eficaz dos encaminhamentos. Com a palavra o membro **Itamar de Paiva Rocha (ABCC)** destacou a necessidade de tratar assuntos sérios e técnicos de forma adequada, destacando que questões que envolvem especulações ou informações imprecisas não devem ser debatidas sem um respaldo técnico. Foi enfatizado que, para assuntos mais complexos, é essencial a participação de especialistas que possam apresentar pareceres técnicos, evitando discussões baseadas em informações não verificadas. Além disso, foi abordada a importância de tomar decisões fundamentadas e não tomar ações precipitadas sem um entendimento profundo do tema. A reunião também ressaltou a relevância de discutir questões que realmente possam contribuir para o desenvolvimento de políticas e decisões mais eficazes. Por fim, ficou claro que é necessário estabelecer grupos especializados para analisar temas mais técnicos e relevantes, garantindo que as decisões sejam bem-informadas e baseadas em dados e análises robustas. O membro **André Luiz (Confapesca)** abordou a questão da introdução de espécies exóticas e seus impactos ambientais, sugerindo que esse tema específico fosse tratado com mais atenção, permitindo que as entidades do conselho tomem medidas apropriadas. Com a palavra o membro **Edivando Soares (CNPA)** abordou a necessidade de discutir assuntos específicos de forma mais aprofundada, destacando a importância de tratar questões sérias e urgentes de maneira detalhada. Foi mencionado o problema do aumento de espécies como o pirarucu, que está prejudicando as espécies nativas em rios como o Paraná e o Tietê, causando dificuldades para os pescadores locais. A reunião ressaltou que, quando problemas desse tipo surgem, sua resolução se torna mais complexa com o tempo, e, portanto, é essencial discutir tais temas com mais profundidade. Foi sugerido que o CONAPE deve se concentrar em temas específicos e relevantes, como esses casos ambientais, para permitir uma análise mais técnica e eficaz. A proposta foi que, para esses debates, sejam dedicados momentos apropriados, evitando discussões superficiais e garantindo um tratamento adequado para questões que impactam o meio ambiente e a comunidade. Por fim, o **Secretário-Executivo Rivetla Édipo** deu continuidade à agenda, iniciando com a discussão sobre a criação do Fundo de Amparo ao Pescador e a criação do Fundo para Aquicultura. Foi explicado que, devido à necessidade de cumprir a agenda, não seria possível prolongar outros assuntos abordados anteriormente. A palavra foi então passada a André Luiz Confapesca para tratar sobre a criação do Fundo de Amparo ao Pescador, seguido por Marilza, da Peixe SP, que continuaria com a discussão sobre o Fundo para Aquicultura.

12. CRIAÇÃO DO FUNDO DE AMPARO AO PESCADOR E CRIAÇÃO DE FUNDO PARA AQUICULTURADA

12.1. Com a palavra, **André Luiz membro suplente – CONFAPESCA** falou sobre a necessidade de aprovar o Projeto de Lei 4414/2016, que institui a criação do Fundo de Amparo ao Pescador (FAP) e estabelece a compensação ambiental por prejuízos à atividade pesqueira. Ele abordou a preocupação com algumas doenças e contaminações que afetam a pesca em regiões como Paraty-Mirim e São Francisco de Itabapoana, além da falta de divulgação de informações importantes sobre a comercialização de produtos impróprios para consumo. André Luiz ressaltou a persistência desses problemas ao longo do tempo e questionou como os pescadores podem sobreviver sem a venda do pescado diante dessas adversidades. Ele também comentou sobre a tentativa de buscar apoio de instituições acadêmicas, mas destacou a resistência dessas instituições em se envolver devido à recorrência dos problemas ambientais. Ele mencionou que houve iniciativas para lidar com essas questões de forma organizada e, diante de acidentes ambientais significativos que impactaram diretamente o pescado e do desmerecimento das pautas levantadas, percebeu que a melhor estratégia seria por meio da legislação. Ele ressaltou que neste contexto trabalharam pelo Fundo de Amparo ao Pescador (FAP), representado pelo Projeto de Lei 4414/2016. Ele pontuou que, a partir dessas discussões, foi estabelecido um canal de comunicação dentro da Petrobras, chamado "PescaPet", para tratar especificamente dos impactos da exploração na atividade pesqueira. André Luiz falou que foi realizado um evento no Rio de Janeiro para discutir medidas protetivas à pesca artesanal, apresentando três projetos e que um desses projetos resultou na Lei 3192/1999, que assegura direitos aos pescadores sobre as áreas que ocupam. Por fim, ele ressaltou que o CONAPE teve papel crucial na construção dessa legislação, garantindo a participação das comunidades pesqueiras e que será um parceiro para estar lá junto da confederação para o que for necessário para o andamento dos processos.

12.2. Com a palavra, **Marilsa Patrício Fernandes (membro titular – PEIXESP)** falou da necessidade de criação do fundo de aquicultura como instrumento para casos de emergências e calamidades, citando o caso recente da tragédia em São Paulo, onde um produtor perdeu 400 toneladas de biomassa e teve que parar a atividade, gerando 80 empregos. Ela citou que não há nenhum seguro disponível para os produtores, pois nenhuma seguradora aceita fornecer cobertura sem a criação de um fundo, e propôs que o fundo seja alimentado com receitas da aquicultura, como um percentual dos contratos de cessão pagos anualmente à União e das taxas obrigatórias. A representante pontuou que poderiam ser feitos convênios com instituições de pesquisa para desenvolver projetos sobre problemas como a invasão do Panga, e que o fundo é essencial para a sustentabilidade do setor, garantindo emprego e renda para os produtores. Ela ressaltou que o fundo poderia socorrer emergências como a do Rio Grande do Sul, onde os produtores perderam tudo, e que a defesa dessa indicação é urgente. O CONAPE, sendo um órgão consultivo, desempenha um papel fundamental na estruturação e recomendação para a criação desse fundo. Por fim, a palestrante abordou a ideia de buscar apoio no Congresso e organizar as receitas, como as do Fundo Nacional de Cultura, para viabilizar esse apoio, mas é essencial que essa ação seja encaminhada pelo Executivo. Em seguida, o

12.3. Secretário-Executivo **Rivetla Édipo** abriu a plenária para intervenções. Com a palavra, o membro **Carlos Eduardo (Conepe)** afirmou que ainda não se sente seguro sobre o assunto e precisa de mais informações. Destacou a existência de um fundo de compensação ambiental da indústria petrolífera, mantido pelo Ibama, que já foi considerado para a atividade pesqueira e pesquisas. No entanto, ressaltou a necessidade de aprofundamento, leitura do projeto de lei e diálogo com parlamentares antes de deliberar. Apesar de não se opor, expressou cautela, considerando o tema pertinente, mas exigindo uma análise mais criteriosa. O membro **Flávio Diniz (Confrem)** concordou com a busca pelo aprofundamento do tema e destacou que, no relatório de transição, está prevista a criação do Instituto de Pesca, juntamente com a criação de um fundo a ser alimentado por diversas fontes de receita. Ele ressaltou a importância desse fundo para apoiar a atividade pesqueira, concentrando todas as atividades de fomento, e afirmou seu apoio à criação do fundo para a aquicultura. Na sua intervenção, **Maxuel José Monteiro (Conttmaf)** falou que não existe compensação ambiental para os pescadores afetados por acidentes causados por atividades petrolíferas e que há falta de apoio à capacitação de pescadores em locais distantes, que precisam realizar os cursos obrigatórios da Marinha. Ele ressaltou ainda a necessidade de criar uma forma de atrair mais jovens, devido à defasagem causada pela aposentadoria de trabalhadores mais idosos ou pelo risco enfrentado por aqueles que vão para o mar sem seguro de vida. Por sua vez, o membro titular do Ministério da Pesca, **Carlos Cesar de Mello Júnior**, fez uma sugestão de que os pleitos apresentados sejam formalizados por meio de um documento oficial da entidade, como uma carta ou expediente, contendo uma justificativa técnica detalhada. Isso garantiria que as demandas tenham um início, meio e fim bem definidos,

além de proporcionar mais clareza e direcionamento ao processo. **Marco Aurélio Bailon (AOCEANA)**, em sua intervenção, sugeriu que começassem as reuniões do CONAPE com o envio das pautas com 30 dias de antecedência para um melhor preparo. Além disso, ele pontuou que as negociações para a formulação desse PL já ocorreram, mas que dentro do CONAPE é essencial agir de forma mais organizada, reunir argumentos e exemplos para traçar uma política pública que atenda aos anseios do setor pesqueiro e minimize os prejuízos causados desde o início da atividade petrolífera no Brasil. Por fim, o **Secretário-Executivo Rivetla** Édipo destacou que cabe ao MPA apresentar o que foi trabalhado, além da proposta de criação do instituto e do fundo para pesca e aquicultura.

13. DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PETROLÍFERA NA BACIA DE PELOTAS E SUA INTERAÇÃO COM A PESCA INDUSTRIAL NO SUL DO BRASIL

13.1. Com a palavra, **Marco Aurélio Baylon (membro titular - AOCEANO)** apresentou o histórico da exploração de petróleo no Brasil e sua inter-relação com a pesca, destacando a importância do órgão licenciador e da necessidade de caracterizar a atividade pesqueira nas áreas de estudo e implantação. Em seguida, ele apontou o caso da Bacia de Pelotas, uma região de uso comum tanto para a exploração de petróleo quanto para a atividade pesqueira. Marco Aurélio ressaltou que as atividades de navios sísmicos nessa e em outras regiões dificultam a navegação e a atividade de barcos pesqueiros, além de gerar interrupções nas atividades petrolíferas. Mesmo que o projeto mencionasse a presença de uma frota industrial, esta não foi devidamente considerada, o que levou a consequências econômicas e operacionais negativas para ambos os lados. Ele destacou que as perspectivas futuras para a Bacia de Pelotas na produção de petróleo são promissoras, podendo atingir uma capacidade de até 15 bilhões de barris, mas isso implicará uma significativa restrição para a pesca artesanal e industrial. Por fim, **Marco Aurélio** apresentou novas ameaças relacionadas à implantação de parques eólicos na região Sul e em toda a costa brasileira, além de ressaltar que o CONAPE é o fórum de discussão das estratégias e ações a serem desenvolvidas para a proteção dos interesses dos envolvidos em diferentes recursos, tendo como alicerce o Ministério da Pesca e Aquicultura. Com a palavra **Carlos Melo membro MPA**, iniciou a sua fala agradecendo pelo tema trazido pelo Sr. Bailon, informou sobre o planejamento espacial marinho, um instrumento coordenado pela Marinha do Brasil, que envolve a gestão de 26 ministérios, incluindo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Em setembro do ano anterior, um workshop realizado no Ibama, com a participação da ministra Marina Silva, abordou a economia azul, com contribuições de diversas partes interessadas. O Ministério da Pesca e Aquicultura tem um representante no fórum responsável pela elaboração do Plano Nacional de Integração (PNI), e a região sul será a primeira a implementar o projeto, correspondendo a 3% da Amazônia Azul. Foi sugerido que, após as manifestações dos participantes, seja formalizado um posicionamento pela entidade para ser apresentado à Secretaria Executiva do CONAPE. O objetivo é garantir que os interesses da atividade pesqueira sejam defendidos no contexto da economia azul, em relação a outras atividades presentes no fórum. A sugestão foi encaminhada para consideração e ação. Também foi notado que não havia representação da Marinha no evento no momento da discussão. Com a palavra o **Luís Gustavo (SERMOP)**, levantou a questão sobre a análise simplificada em relação à atividade sísmica, destacando a tendência de simplificar processos para áreas mais distantes da costa. Foi mencionada a experiência do Uruguai, onde a atividade sísmica impactou negativamente os recursos pesqueiros, resultando em uma queda de 50% na produção pesqueira nos três anos seguintes. Os pescadores, prejudicados por essa atividade, entraram com ações judiciais contra o governo uruguaio por terem perdido oportunidades de pesca. A questão levantada foi sobre a adequação da análise simplificada no Brasil, com base em um exemplo recente de uma audiência pública promovida pelo Ibama. A análise apresentada pela empresa responsável pela atividade sísmica foi considerada insatisfatória e não representativa da realidade. Foi sugerido que o CONAPE reconhecesse a importância de realizar análises mais robustas, com informações mais detalhadas, antes de conceder licenças para atividades dessa natureza, para garantir que os impactos sejam devidamente avaliados e mitigados. Com a palavra o membro **Flavio Lontro (Confrem)**, expressou a importância de se posicionar firmemente sobre os impactos das atividades da economia azul, que afetam diretamente o setor pesqueiro. Ele mencionou que, em licenciamento do pré-sal, foi solicitado um estudo sobre as rotas migratórias das espécies para ajudar a determinar períodos específicos de pesca, uma vez que as atividades pesqueiras, tanto industriais quanto artesanais, sofrem impactos pela alteração da biomassa no oceano. Flávio também comentou sobre a necessidade de o Ministério da Pesca se posicionar de forma clara e criar regras para proteger o setor, sugerindo a criação de um comitê específico para discutir e tratar desses assuntos de forma mais estruturada. Ele destacou problemas anteriores, como a

falta de respostas claras sobre a responsabilidade das empresas de petróleo quando ocorrem falhas nas operações, que acabam gerando impactos negativos para a pesca. O membro reforçou a necessidade de um posicionamento robusto frente aos avanços da economia azul e sugeriu a criação de um comitê para facilitar discussões contínuas sobre o impacto dessas atividades no setor pesqueiro e as estratégias de compensação ambiental. Com a palavra o membro **Agnaldo Hilton (PESCABR)**, iniciou sua fala expressando preocupação com a atual situação da pesca, que está sendo negativamente afetada por diversas restrições e conflitos. Ele mencionou os esforços do sindicato para negociar com as autoridades, incluindo videoconferências com a China e a Diesel Data Brasil, mas relatou que ainda não obtiveram as respostas desejadas. **Agnaldo** destacou que várias embarcações, tanto de pesca industrial quanto artesanal, estão sendo prejudicadas pela falta de espaço e pelas ações que estão restringindo ainda mais a atividade pesqueira. Ele enfatizou que, atualmente, a pesca industrial está sendo "jogada para o lado", e as embarcações estão enfrentando dificuldades para operar. Além disso, ele solicitou que os conselheiros se unam para buscar soluções conjuntas, principalmente no que se refere à delimitação de áreas para a pesquisa sísmica sem prejudicar a atividade pesqueira. **Agnaldo** também sugeriu que o governo busque alternativas positivas, como vendas voluntárias, para reembolsar os pescadores afetados. Por fim, ele frisou que a situação está cada vez mais difícil e que é essencial encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento de novas atividades e a preservação do espaço para a pesca, garantindo que o setor não seja "espremido" ainda mais. Com a palavra **Josana Pinto (MPP)**, expressou grande preocupação com os impactos das políticas atuais sobre a pesca, alertando que o risco vai além da pesca industrial e artesanal. Ela destacou que a verdadeira ameaça é à soberania alimentar e à segurança dos pescadores e suas famílias, que estão sendo forçadas a abandonar suas atividades tradicionais. **Josana** questionou como o Ministério da Pesca e a Secretaria de Pesca Artesanal irão se posicionar diante dessa situação, enfatizando que não basta existir essas entidades, é necessário que elas ajam efetivamente. Ela criticou a "economia azul", chamando-a de um marketing que se apropria dos espaços marinhos e costeiros sem beneficiar as comunidades locais. **Josana** mencionou a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas como um exemplo de como o país pode crescer economicamente à custa da pobreza das populações locais, sem qualquer compensação que preserve seus modos de vida e saberes ancestrais. Ela concluiu sua fala alertando que o Conselho precisa agir, pois as condições de vida e trabalho dos pescadores estão sendo comprometidas. **Josana** enfatizou que não basta mitigar os impactos; é necessário garantir a continuidade das atividades pesqueiras e a preservação das culturas e tradições locais. Se o Conselho não se posicionar, ela indicou que o movimento dos pescadores buscará outras formas de obter respostas, incluindo ofícios formais. Com a palavra o convidado **Gabriel Calzavara (CNI)**, parabenizou a apresentação e o tema abordado, destacando sua relevância. Ele mencionou que o Planejamento Estadual e o Planejamento Espacial Marítimo já foram formalmente aprovados, com contratos assinados para a sua execução, sendo coordenados pela Fundação de Grandeza de Pesquisa e Cultura. Esse planejamento envolve todos os estados do Nordeste, exceto o Maranhão. **Gabriele** enfatizou a importância de discutir a "economia azul", que é uma realidade em diversas regiões do Brasil, principalmente no Nordeste, que concentra grande parte das atividades econômicas relacionadas ao mar. Ele ressaltou que o conceito de "economia azul" traz a pesca para dentro de um espaço de debate fundamental, e é necessário que a pesca, com sua importância econômica, social e cultural, se posicione adequadamente dentro desse contexto. Ele também mencionou que o Conselho precisa ter um conhecimento profundo dos assuntos discutidos para influenciar decisões importantes, destacando a necessidade de assessoria parlamentar e grupos técnicos que possam fornecer informações adequadas. **Gabriele** chamou a atenção para a importância de o Ministério da Pesca ter um planejamento claro para o setor, com foco em atividades pesqueiras e de aquicultura, incluindo como lidar com projetos como os de petróleo e energia eólica que estão em andamento. Por fim, ele enfatizou a necessidade de um plano estratégico que direcione as ações e políticas para o futuro da pesca no Brasil, garantindo a sustentabilidade e o reconhecimento da importância desse setor para as comunidades pesqueiras. Com a palavra **Dárlcio Inacio (SBFic)**, iniciou a sua fala destacando sua experiência como engenheiro de pesca e professor pesquisador, com vivência em comunidades pesqueiras no litoral nordestino. Ele parabenizou a relevância do tema discutido e reconheceu a importância das representações dos pescadores na luta pelo espaço, especialmente no contexto do planejamento espacial marinho. **Darlio** afirmou que é fundamental apoiar os movimentos de pescadores, mas ressaltou que a "economia azul" e a bioeconomia não podem ser ignoradas. Ele destacou que os países desenvolvidos estão adotando essas práticas e que o futuro deve ser orientado para um modelo mais sustentável e menos agressivo ao meio ambiente. Ele mencionou seu envolvimento em discussões sobre a maricultura, afirmando que, apesar do potencial da atividade no Brasil, ela ainda não se concretizou plenamente. **Darlio** falou sobre a importância de alavancar a maricultura como alternativa para o desenvolvimento das atividades pesqueiras, citando a atuação do ex-senador Jean Paul Prates nesse campo. Ele também abordou a questão cultural, destacando que a construção cultural é um fator importante na resistência de pescadores e na busca por alternativas como a maricultura. Para ele, é crucial que os movimentos pesqueiros pensem em se apropriar do mar para a produção, sem negligenciar a mitigação dos impactos ambientais. Ao

final, Darlio lembrou da importância de refletir sobre a crise de energia no Brasil, sugerindo que, além das questões relacionadas à pesca, é necessário pensar em outras áreas para o desenvolvimento sustentável do país. Ele concluiu agradecendo a oportunidade de compartilhar suas ideias e reforçando a importância de lutar por um futuro sustentável para a pesca e a maricultura no Brasil. Com a palavra **Carlos Eduardo (CONEPE)**, iniciou sua fala destacando a relevância do tema discutido, enfatizando que a energia é uma necessidade inevitável para a humanidade. Ele alertou que, apesar das discussões e protestos, a transição energética e as mudanças no setor são inevitáveis e ocorrerão globalmente, independentemente das resistências. Segundo ele, é importante evoluir e adaptar-se às novas realidades, sem ficar preso a conceitos do passado. Carlos também destacou a importância de abordar as questões do impacto ambiental nas atividades econômicas, especialmente no setor pesqueiro. Ele mencionou o problema causado por atividades de pesca que afetam a biodiversidade marinha, como o impacto de certos métodos que prejudicam ecossistemas delicados, como a lagosta, que é impactada pela atividade pesqueira, especialmente no defeso. Além disso, ele apresentou dados de estudos realizados em países como Austrália e Nova Zelândia, que medem os impactos ambientais através de tecnologias como a hidroacústica, mostrando os efeitos devastadores de algumas práticas no fundo marinho e nas populações de organismos marinhos. Carlos reforçou que, embora a economia azul e a exploração do mar sejam inevitáveis, é necessário encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação dos recursos marinhos. Ele também citou a necessidade de influenciar as decisões políticas relacionadas à exploração do mar, como as que envolvem a geração de energia, lembrando que algumas atividades devem ser reguladas e monitoradas com rigor. Ele finalizou destacando a importância de pressionar por mudanças legislativas, como a Lei do Mar, que ainda está sendo discutida no Congresso. Ele sugeriu que o CONAPE, dentro de seu papel no Ministério, deve continuar amadurecendo essas discussões e buscar maneiras de influenciar as políticas e regulamentações futuras, especialmente no que diz respeito à exploração e preservação dos recursos marinhos. Com a palavra **Clovis Amorim (Confespa)**, iniciou sua fala destacando a importância de tratar as questões ambientais e pesqueiras como temas que afetam todo o litoral brasileiro, não se restringindo a uma região específica. Ele ressaltou que, apesar de existir a promessa de compensações financeiras para as áreas afetadas por atividades como a exploração de petróleo, essas compensações não chegam aos pescadores nem ao Ministério da Pesca. Ele alertou para o enfraquecimento do Ministério da Pesca, mencionando que a superintendência local está muito restrita, com uma política assistencialista que não aborda de forma efetiva as questões relacionadas à pesca. Como encaminhamento, Clovis sugeriu que seja realizada uma reunião com a Casa Civil para garantir que a política do Ministério da Pesca seja tratada como uma política de Estado, não dependendo das mudanças de governo. Ele também sugeriu chamar representantes de outros ministérios e da sociedade civil para discutir as políticas de pesca de forma mais ampla e transparente. Ele enfatizou a necessidade de entender quem está realmente sendo beneficiado pelas compensações financeiras e como os recursos do Fundo Amazônico estão sendo usados, pedindo mais clareza e transparência nessas questões. Por fim, Clovis defendeu a importância de fortalecer a educação nas comunidades pesqueiras, para que possam compreender melhor seus direitos e cobrar as políticas públicas de forma mais eficaz. Com a palavra **Marco Aurelio (Aoceano)**, sugeriu a necessidade de um encaminhamento para avançar na elaboração de um documento que reúna informações substanciais sobre os impactos das atividades de petróleo e energia, que afetam não apenas o setor pesqueiro, mas também outras áreas. Ele propôs a criação de um grupo de trabalho (GT) ou comitê para desenvolver esse documento, que deveria ser direcionado à Casa Civil e aos ministérios competentes. Ele destacou que, embora a questão da energia seja de longo prazo, a situação atual exige ações imediatas, devido aos prejuízos já observados, como queda na produção e afugentamento de espécies. Marco ressaltou a importância de antecipar problemas futuros e acelerar as discussões, buscando cortar caminhos e encontrar compensações adequadas. Ele sugeriu que as empresas do setor de petróleo e gás poderiam financiar pesquisas para melhor compreender o comportamento das espécies e minimizar os impactos socioeconômicos. Marco também mencionou que, ao revisar documentos e estudos prévios sobre o impacto da pesca de petróleo, ficou claro que não há uma definição clara sobre como essas atividades devem ser compensadas. Por fim, ele enfatizou a necessidade de trabalhar intensamente em uma compensação eficaz, especialmente no curto prazo, e pressionar para que isso aconteça de maneira imediata. Com a palavra **Carlos Mello (MPA)**, reforçou que os estudos técnicos sobre a pesca no Rio Grande do Sul iniciaram em abril deste ano e têm uma previsão de duração de três anos. Ele destacou que, embora o processo tenha um prazo longo, é um passo importante dentro da complexidade do tema e que não é o único fórum para debates sobre o assunto. Carlos sugeriu que, como encaminhamento, o Ministério da Pesca e Aquicultura se manifeste através do CONAPE, para garantir que o tema seja incluído nas pautas de discussão do órgão e para reforçar a presença ativa do Ministério na questão. Ele destacou que, além desse

caminho, outros órgãos necessários podem ser acionados, conforme o entendimento nacional. Com a palavra **Leticia Caton (Oceana Brasil)**, complementou a fala de Carlos Mello, destacando que o trabalho relacionado ao Programa Nacional de Energia (PEN) está em andamento, com os cadernos setoriais sobre pesca artesanal e industrial já entregues à organização responsável. A fase de validação das informações com o setor pesqueiro ocorrerá a partir de fevereiro do próximo ano. Leticia mencionou que, devido a atrasos nas agendas, essa etapa foi adiada, e que a questão da prospecção dentro da Lagoa dos Patos não está sendo analisada no momento, com a previsão de que o piloto do estudo se finalize em 2027. Ela também abordou a importância de entender que o caderno setorial é uma ferramenta de trabalho para o governo, não uma decisão sobre como as atividades serão executadas. O papel do Ministério da Pesca, segundo Leticia, é defender os interesses do setor pesqueiro, destacando que a pressão deve ser dirigida ao governo para garantir a defesa das atividades pesqueiras em paralelo com outras áreas, como o petróleo. Leticia concordou com a sugestão de incluir uma ação parlamentar nesse processo e citou a votação recente da PEC das Praias no Congresso, que pode ter impactos significativos para o setor pesqueiro. Ela enfatizou a importância de internalizar essas questões no Conselho para que o Ministério da Pesca se posicione de maneira clara sobre o tema. Com a palavra **Gabriel Calzavara (CNI)**, destacou que o Programa Nacional de Energia (PEN) está trabalhando com um mapeamento já estabelecido na Europa, que inclui áreas no Brasil, abrangendo toda a região norte e nordeste, além das áreas de concessões que estão sendo analisadas. Ele enfatizou a necessidade de o Ministério da Pesca defender o setor de maneira organizada e estruturada. Para isso, sugeriu que fosse feita uma defesa técnica no nível nacional, que assessore o ministro, possibilitando uma apresentação mais eficaz das questões. Calzavara mencionou que conheceu superficialmente a proposta de um fundo para a defesa da pesca artesanal dentro de um projeto legislativo relacionado à energia eólica, onde fez algumas sugestões. Ele sugeriu que a defesa seja estruturada para que, ao ser apresentada em audiências públicas, tenha impacto, como o caso da análise das espécies de lagosta. O objetivo seria garantir uma repercussão significativa e bem fundamentada.

14. CRIAÇÃO DO COMITÊ DE CUMPRIMENTO

14.1 Com a palavra, **Elizeu Augusto de Brito (membro titular - Federação Nacional de Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP/BR)** falou que não seria necessário criar um comitê, pois já existe um com essa finalidade, denominado Comitê de Acompanhamento e Cumprimento da Conferência, que para reativação seria necessário que os conselheiros titulares e suplentes sejam indicados diretamente pelo conselho, com sete titulares e sete suplentes, sendo necessárias apenas pequenas adequações para alinhar-se ao novo regimento do CONAR. O representante ressaltou que implementação do Comitê de Cumprimento, destacando que há candidatos interessados, e que a primeira tarefa será reunir o comitê e formar a comissão para a conferência. Posteriormente, ele falou da importância de compreender as demandas da base, principalmente no contexto da piscicultura em pequenos açudes, casas de cultura e viveiros e que o Comitê de Cumprimento não deve se limitar apenas à organização e ao acompanhamento da conferência, mas também monitorar recomendações e encaminhamentos do conselho. Com a palavra, **Secretário-Executivo Rivetla Édipo** reforçou a ideia de criar um comitê para acompanhar e estruturar a conferência, além de monitorar as recomendações e encaminhamentos do conselho. Ele destacou que a recomendação de criar um grupo de trabalho para tratar do Comitê não seria necessária, pois o comitê já faz parte da estrutura do CONAPE, estando apenas em vacância. Dessa forma, bastaria uma atualização e a indicação de seus componentes, sendo sete representantes da sociedade civil e sete da administração pública. Em seguida, **Elizeu Augusto de Brito** reforçou que esse comitê foi o primeiro comitê permanente e que é necessário a manutenção dos seus membros para o cumprimento dos seus objetivos. Por fim, **Rivetla Édipo** destacou que o regimento estabelece um número mínimo de seis membros, sem limite máximo, A **Secretaria Executiva Adriana Toledo** anunciou os representantes que demonstraram interesse e farão parte do GT, que serão: FAEP-BR, CONFAPESCA, AOCEANO, PEIXE-BR, CBPA, CONFESPA, INSTITUTO PEROÁ e PEIXE SP.

15. CRIAÇÃO DO GT PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

15.1 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Rivetla Édipo** falou que ficou determinado na reunião extraordinária que os conselheiros indicariam os representantes interessados em integrar o

GT, que terá a responsabilidade de definir a estrutura, o tema e o período de realização da conferência. Em seguida, ele ressaltou que foram indicadas 11 instituições para compor o grupo, incluindo Associação Brasileira de Recifes Artificiais (ABRA), o Conselho Nacional da Pesca e Aquicultura (CNPA), o Comitê Brasileiro de Pesca e Aquicultura (CBPA), a Associação Brasileira da Piscicultura (PEIXE-BR), a Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e União, a Sociedade Brasileira de Ficologia, a Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA), a Associação Brasileira de Aquicultura (ABA), a Associação Brasileira de Oceanografia (AOCEANO), o Conselho Federal de Engenharia de Pesca (CONFEPESCA) e o Ministério da Previdência Social. Com a palavra o membro **Darlio Inacio (SBFic)**, expressou que não está claro como a pauta está sendo conduzida, questionando o andamento das discussões. Ele destacou a importância de a sociedade colaborar com a experiência adquirida nas conferências anteriores, como na Conferência Nacional da Agricultura. Darlio também perguntou se a pauta já está definida para a conferência ou se será criada uma pauta após a questão de o comitê ser discutida. O **Secretário-Executivo Rivetla Édipo**, explicou que as pautas foram unificadas, pois a conferência teria como objetivo a formalização do Grupo de Trabalho (GT) para tratar dos temas relacionados. Além disso, foi mencionado que o Comitê Permanente, já existente dentro do CONAPE, seria responsável por acompanhar a conferência, além de lidar com o controle e monitoramento da tramitação de assuntos pertinentes. Rivetla também comentou que a redefinição da agenda da conferência ainda precisa ser discutida, já que não houve uma definição clara sobre isso na reunião virtual anterior. Caso contrário, não haverá tempo suficiente para realizar a conferência. O membro **Carlos Eduardo (CONEPE)**, expressou concordância com a ideia de que a situação está um pouco confusa. Ele lembrou das discussões das reuniões anteriores, especialmente quando Elizeu insistiu na criação do Comitê de Cumprimento, algo que, segundo ele, ainda não foi efetivamente implementado. Carlos ressaltou que a proposta do Comitê de Cumprimento não deve incluir a gestão da conferência, considerando que não houve uma negociação institucional para isso. Ele afirmou que está disposto a contribuir para o cumprimento das ações, mas não está interessado em participar da organização das conferências, considerando que não está claro qual será o papel específico do comitê nesse contexto. A **Secretaria Executiva Adriana Toledo** pontou que o trabalho desse Grupo de Trabalho (GT) deve ser focado em apresentar uma proposta específica para a conferência, e deve se reunir para apresentar como será feita a conferência, qual será o tema e quando ocorrerá, além de definir a estratégia para sua realização. Ela também mencionou que na portaria de publicação do GT constará o prazo para o grupo apresentar as propostas, com a data prevista para março.

16. INDICAÇÃO DO CONAPE PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE BIOECONOMIA

16.1 Com a palavra, o **Secretário-Executivo Rivetla Édipo** mencionou que o CONAPE recebeu uma solicitação para indicar representantes para participar da Comissão Nacional de Economia. Ele explicou que o pedido foi encaminhado por meio de um ofício circular da Secretaria de Bioeconomia, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, Mudança do Clima e da Biodiversidade, para a indicação de um titular e um suplente. Com a palavra, **Darlio Inácio Alves Teixeira (membro titular - SBFic)** falou da importância da bioeconomia, destacando a maricultura de macroalgas como um exemplo essencial dentro dessa temática. Ele ressaltou a relevância da cadeia produtiva das macroalgas, que pode ajudar a atender a demandas do agronegócio, como no caso do potássio, e em setores como cosméticos e bioeconomia medicinal. Além disso, mencionou o potencial do Brasil para produzir essas substâncias no mar, apoiando tanto a agricultura familiar quanto o agronegócio. Ele também enfatizou a necessidade de engajamento em uma comissão sobre bioeconomia, sugerindo que a participação de instituições com experiência em implementação de projetos sustentáveis seria crucial. O palestrante indicou que a seleção de representantes para essa comissão deve levar em conta perfis mais generalistas, capazes de representar as diversas cadeias produtivas dentro do conceito amplo de bioeconomia no CONAPE, visto que há apenas duas vagas disponíveis. O **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**, realizou uma votação, na qual foi definida a indicação do CONEPE como titular para a Comissão Nacional de Bioeconomia e a SBFic como suplente.

17. LANÇAMENTO DOS COMITÊS DE CONFORMIDADE DO PESCADO NACIONAL, DE COMPETITIVIDADE DA TILAPICULTURA E DE COMPETITIVIDADE DA CARCINICULTURA

17.1 Com a palavra, **José Luis Vargas (Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva)** destacou que 90% do que chega à indústria vem da pesca artesanal e, por isso, é fundamental pensar na conformidade de toda a cadeia produtiva. Entre os problemas identificados, ele abordou a informalidade no setor, como a regularização de barcos e pescadores, além da lentidão na certificação higiênico-sanitária e práticas ainda não regulamentadas, como a evisceração da tilápia. Ele ressaltou que o comitê terá um papel importante na definição de como e quando iniciar a regularização. Também mencionou que os membros do comitê foram definidos e que, após a escolha do presidente, as reuniões serão iniciadas. Finalizou com a expectativa de que o trabalho conjunto será produtivo e positivo para o avanço do setor. Com a palavra, **Alberto Furtado (Coordenador da Secretaria Nacional de Aquicultura)** falou que a lista dos primeiros participantes e membros do comitê já está pronta e que a escolha do presidente do comitê será feita nos próximos dois anos de atividade e, ressaltou ainda que, após a decisão, será possível iniciar os trabalhos de forma mais estruturada. Em seguida, **Alberto Furtado (SNA)** informou que a Secretaria será responsável pelo secretariado dos comitês de Carcinicultura e tilapicultura, discutir a importância da implementação desses comitês e a necessidade de indicar os presidentes para cada um deles, além de destacar a relação desses comitês com o setor produtivo e a indústria. Com a palavra, o **Secretário-Executivo Rivetla Édipo** informou que, devido ao tempo limitado, não será possível avançar com todos os pontos da agenda, especialmente a apresentação do Balanço das Ações do MPA para o ano de 2023-2024. Ela sugeriu que a apresentação do Balanço seja adiada para a primeira reunião do ano seguinte, marcada para março de 2025. A proposta foi aprovada por todos. Em relação ao concurso, Renata compartilhou que a primeira convocação de servidores foi realizada, com 25 aprovados já integrados ao MPA. No entanto, os demais servidores aprovados, totalizando 264, ainda não foram convocados devido à falta de infraestrutura de RH no MPA. A ideia é que os demais servidores sejam convocados em fevereiro de 2025, após a preparação da área de gestão de pessoas. Com a palavra **Secretaria Executiva Adriana Toledo**, apresentou a nova servidora do CONAPE, Julia Brito, que foi recentemente aprovada no concurso. Julia irá apoiar Renata nas atividades de coleta. A reunião acolheu e deu as boas-vindas à nova integrante da equipe.

18. Outros informes

18.1 Com a palavra o membro **Carlos Eduardo (CONEPE)**, abordou a situação envolvendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e a justificativa dada para a ausência na 41ª Reunião Ordinária do Conape para falar sobre o Barão Azul, que foi explicada por incêndios florestais. Ele ressaltou que o tema é de grande relevância e prejudica a imagem do Brasil internacionalmente. Carlos Eduardo pediu que fosse considerada a elaboração de um documento de repúdio à posição do IBAMA, já que o órgão está se ausentando do processo participativo. A medida é alinhada com as bandeiras do presidente da República, e ele solicitou que o Conselho se manifeste formalmente sobre o assunto.

19. Encaminhamentos

19.1 A **Secretaria Executiva Adriana Toledo** informa que foram discutidos e definidos vários encaminhamentos, que foram registrados para acompanhamento. Ao final, foi solicitado que os participantes revisassem os pontos e acrescentassem informações ou levantassem divergências, se necessário.

Recomendações dos membros

1. Aprovada a Ata da 41ª Reunião;
2. Todos os documentos devem ser encaminhados aos titulares e suplentes;
3. Apresentar retorno sobre o Ofício Siscomex - ABLA.
4. Convidar a área de insumos e de saúde animal do MAPA para a próxima reunião do CONAPE – Valéria.
5. Orientar que o tema de antimicrobianos seja acompanhado pelos comitês de carcinicultura e tilapicultura.
6. Registrar no RAP o uso de antibióticos na produção.
7. Incluir na pauta os processos de contaminação das águas.
8. Solicitar à SERMOP a retirada da obrigatoriedade do TIE e da carteira assinada para o registro na categoria de pescador profissional que atua embarcado.

9. Pautar a criação do Comitê da Pesca.
10. Organizar um workshop sobre eólicas com a participação do MME.
11. Aprovar moção para orientar o ordenamento do Panga.
12. Escolher os membros do CONAPE para compor o GT do CONAMA, que revisará a Resolução 413/2009 – Marilsa Patrício (Peixe SP) e Felipe Weber (ABLA).
13. Aprovar moção para que o ministro encaminhe à Casa Civil a solicitação de convite ao ministério para as discussões sobre bem-estar animal.
14. Garantir que as pautas tenham menos temas e mais tempo para a discussão entre os membros.
15. Criar um grupo de trabalho para elaborar a proposta de criação de um Fundo para Aquicultura.
16. Convidar a Confapesca para apresentar, na próxima reunião, o PL do FAP – Fundo de Amparo ao Pescador.
17. Apresentar, na próxima reunião, a proposta de criação de fundo prevista no relatório da equipe de transição.
18. Submeter a solicitação de pauta com 45 dias de antecedência e divulgar a pauta definitiva com 20 dias de antecedência.
19. Aproximar a Frente Parlamentar e a Subcomissão de Pesca do CONAPE, convidando seus representantes para a próxima reunião.
20. Criar a Comissão de Acompanhamento do Uso Compartilhado das Águas.
21. Apresentar o mapeamento dos Projetos de Lei de interesse da Pesca e Aquicultura.
22. Conhecer melhor o Fundo Amazônia;
23. Instalação do Comitê de Cumprimento;
24. Implementar o Grupo de Trabalho para apresentar a proposta de realização da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (Incluir Abrapoa, CBPA e OCEANA);
25. Foi definido os representantes do Conape da Comissão Nacional de Bioeconomia: Carlos Eduardo (Conepe) e Darlio (SBic);
26. Os membros da Comissão de Bioeconomia devem informar quando for acontecer as reuniões e posterior dar retorno das mesmas;
27. Aprovada Nota de repúdio ao Ibama por não atender a convocação aos diversos convite de dialogar com o Conape e com o CPGs sobre Tubarão Azul;
28. Sugerir ao MPA o fortalecimento das parcerias com o MEC e com o MCTI visando a abertura de editais que fomentem o desenvolvimento dos setores aquícola e pesqueiro.

20. Encerramento

20.1. A reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo Rivetla Édipo, que iniciou sua fala expressando gratidão pela presença de todos e pelo trabalho conduzido pela Secretaria-Executiva, Adriana Toledo, na realização do 42º encontro do CONAPE.